

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O cuidado psicológico à população LGBTI+: Estudo documental e revisão de literatura

José Vicente Damaceno Netto

Uberlândia, MG
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O cuidado psicológico à população LGBTI+: Estudo documental e revisão de literatura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de pesquisa: Processos Psicossociais em Saúde e Educação.

Orientando: José Vicente Damaceno Netto

Orientador: Dr. Emerson Fernando Rasera

Uberlândia, 2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

D154 2023	Damaceno Netto, José Vicente, 1996- O cuidado psicológico à população LGBTI+: Estudo documental e revisão de literatura [recurso eletrônico] / José Vicente Damaceno Netto. - 2023. Orientador: Emerson Fernando Rasera. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Psicologia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.347 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações. 1. Psicologia. I. Rasera, Emerson Fernando, 1972-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Psicologia. III. Título. CDU: 159.9
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
 Av. Pará, 1720, Bloco 2C, Sala 54 - Bairro Umuarama, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: +55 (34) 3225 8512 - www.pgpsi.ip.ufu.br - pgpsi@ipsi.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Psicologia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico/ número 435, PPGPSI				
Data:	Sete de agosto de dois mil e vinte e três	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00
Matrícula do Discente:	12122PSI014				
Nome do Discente:	José Vicente Damaceno Netto				
Título do Trabalho:	O cuidado psicológico à população LGBTI+: Estudo documental e revisão de literatura				
Área de concentração:	Psicologia				
Linha de pesquisa:	Processos Psicossociais em Saúde e Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Construcionismo Social, práticas terapêuticas e mudança social				

Reuniu-se de forma remota, via web conferência, junto a Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, assim composta: Professores Doutores: Lenise Santana Borges - PUC/GO; Benedito Medrado Dantas - UFPE; Emerson Fernando Raser, orientador do candidato. Ressalta-se que todos membros da banca participaram por web conferência, sendo que a Prof.^a Dr.^a Lenise Santana Borges participou da cidade de Goiânia - GO, o Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas participou desde a cidade de Recife - PE, o Prof. Dr. Emerson Fernando Raser desde a cidade de Uberlândia - MG, e o discente José Vicente Damaceno Netto desde a cidade de Uberaba - MG, em conformidade com a Portaria nº 36, de 19 de março de 2020.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Emerson Fernando Raser, apresentou a comissão examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público e concedeu ao discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Fernando Rasera, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/08/2023, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Benedito Medrado Dantas, Usuário Externo**, em 07/08/2023, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Lenise Santana Borges, Usuário Externo**, em 08/08/2023, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4624360** e o código CRC **1E167645**.

Resumo

O cuidado psicológico à população LGBTI+ na atualidade é fruto de processos históricos de patologização e negligência no campo da medicina e da psicologia, somados a uma cultura ocidental homofóbica. Segundo a literatura, tais processos continuam exercendo influência em como a assistência psicológica é formulada e operacionalizada. Desse modo, o objetivo desta investigação é analisar como se dá a capacitação destes profissionais e identificar as recomendações para uma atuação profissional adequada. Para tal, foram realizados dois estudos, o primeiro se tratando de um estudo documental que analisa de que forma o cuidado psicológico com a população LGBTI+ é descrito e proposto por associações profissionais ao redor do mundo e o segundo, uma revisão integrativa de literatura que explora como tem se dado a capacitação dos psicólogos para atuar com essa população. O primeiro estudo demonstrou uma ênfase na conscientização do profissional sobre as contribuições históricas da Psicologia; a necessidade de autoavaliação do mesmo; a importância do desenvolvimento de uma postura profissional afirmativa e do envolvimento com a promoção de mudanças sociais e políticas. O segundo estudo explorou atitudes e competências profissionais no manejo com a população LGBTI+, avaliação de programas de treinamento específicos para o trabalho com esse grupo e a percepção dos clientes em relação às competências dos profissionais. Os trabalhos se complementam ao proporcionar um entendimento, sob perspectivas distintas, de como qualificar o cuidado psicológico à população LGBTI+.

Palavras-chave: capacitação profissional, psicologia, identidade de gênero, orientação sexual.

Abstract

Psychological care for the LGBTI+ population today is the result of historical processes of pathologization and neglect in the field of medicine and psychology, added to a homophobic Western culture. According to the literature, such processes continue to influence how psychological care is formulated and implemented. Thus, the objective of this investigation is to analyze how these professionals are trained and to identify the recommendations for an adequate professional performance. To this end, two studies were carried out, the first being a documentary study that analyzes how psychological care with the LGBTI+ population is described and proposed by professional associations around the world and the second, an integrative literature review that explores how psychologists have been trained to work with this population. The first study demonstrated an emphasis on the professional's awareness of the historical contributions of Psychology; the need for self-assessment; the importance of developing an affirmative professional posture and involvement with the promotion of social and political changes. The second study explored attitudes and professional skills in dealing with the LGBTI+ population, evaluation of specific training programs for working with this group, and the perception of clients in relation to the professionals' skills. The works complement each other by providing an understanding, from different perspectives, of how to qualify psychological care for the LGBTI+ population.

Keywords: professional training, psychology, gender identity, sexual orientation.

SUMÁRIO

Parte I -Apresentação	8
Parte II - O cuidado psicológico com a população LGBTI+ em normativas profissionais.....	10
Parte III - A capacitação de psicólogos para o cuidado da população LGBTI+.....	39
Parte IV - Considerações finais.....	60

Parte I

APRESENTAÇÃO

O cuidado psicológico voltado para a população LGBTI+ como se dá atualmente, de acordo com a literatura, é atravessado por processos históricos e sociais que, de modo geral, interferem em sua oferta, bem como no acesso desses indivíduos a serviços de saúde e na qualidade dos serviços prestados. Diante dessa realidade, torna-se um exercício de grande importância instigar reflexões articulando as diretrizes estipuladas internacionalmente para uma prática competente e a maneira como acontece a formação e capacitação de psicólogos para o manejo terapêutico com essa população. Entendendo que há, na sociedade, uma inquietação em torno de identidades e práticas sexuais dissidentes da norma estabelecida sócio-culturalmente, o trabalho surge do questionamento de como é que o psicólogo pode atuar sobre questões que, muitas vezes, não podem ser individualizadas e, no entanto, são responsáveis pelo sofrimento psíquico vivenciado pela pessoa LGBTI+.

O interesse nesse tema de pesquisa foi fomentado durante meu percurso acadêmico no qual tenho me aprofundado sobre as temáticas de gênero e sexualidade vinculadas ao contexto psicoterapêutico. Além disso, enquanto homem gay e usuário de serviços de saúde mental, a formação em Psicologia me permitiu dar sentido a experiências negativas anteriores com psicoterapia, uma vez que me permitiu evidenciar o que eu encontraria na literatura acerca do distanciamento da classe profissional em relação às particularidades da realidade LGBTI+ que interferem no cuidado oferecido e sua eficácia terapêutica.

A dissertação está organizada em formato de coletânea de artigos, dividida em dois estudos. Na Parte II, o primeiro artigo é intitulado “O cuidado psicológico à população LGBTI+ em normativas profissionais” e trata-se de um estudo documental que analisa diretrizes de organizações de Psicologia de diferentes países que orientam sobre a atuação do profissional de Psicologia com indivíduos e comunidades LGBTI+. Depois, a Parte III apresenta o artigo

“A capacitação de psicólogos para o cuidado da população LGBTI+”, uma revisão de literatura que investiga como tem se dado a capacitação de psicólogos para trabalhar com esse grupo.

Os trabalhos se complementam ao discutir, em um primeiro momento, como é a prática recomendada e, depois, como tem se dado a formação para a prática. Ou seja, é possível conceber as diferenças entre a prática considerada ideal e a real. Sendo assim, a coletânea oferece material que pode contribuir com o aperfeiçoamento da capacitação profissional e, ainda, com reflexões sobre as ênfases nas quais a atuação com a população LGBTI+ se debruça para fomentar qualidade de vida e bem estar desses indivíduos.

O programa de mestrado possibilitou meu processo de construção enquanto pesquisador e a relação estabelecida com o orientador foi fundamental para que o caminho fosse produtivo, afetuoso e colaborativo. No professor Emerson me inspiro e me oriento para uma prática profissional sempre ética, reflexiva e voltada para as potencialidades do outro. Agradeço, ainda, a minha mãe Ana pelo apoio incondicional e pela fé que deposita em mim; e a família que construí em Uberaba, Isabella e Samuel, cujas trocas foram essenciais para o aprimoramento deste trabalho. Por fim, dedico um agradecimento especial ao meu companheiro Henrique que, mesmo à distância, se faz presente durante os momentos mais críticos da vida adulta.

Parte II

O Cuidado Psicológico à População LGBTI+ em Normativas Profissionais

Psychological Care for LGBTI+ Persons in Professional Regulations

La Atención Psicológica a la Población LGBTI+ en la Normativa Profesional

Resumo

Nos últimos anos, organizações de Psicologia ao redor do mundo têm produzido documentos que propõem um olhar atento sobre particularidades da realidade LGBTI+ que podem interferir na saúde mental e no cuidado psicológico e sugerem princípios para ação para orientar o profissional na oferta adequada de atendimento à indivíduos LGBTI+. A existência desses documentos reafirma a necessidade de aproximação e sensibilização dos profissionais da área frente às questões tocantes a esse grupo. Este estudo teve o objetivo de compreender de que forma o cuidado psicológico com a população LGBTI+ é descrito e proposto por associações profissionais ao redor do mundo. Trata-se de um estudo documental no qual foi realizada uma análise descritiva e comparativa de documentos produzidos por organizações de diferentes países. Os resultados demonstram uma ênfase na conscientização do profissional sobre as contribuições históricas da Psicologia; a necessidade de autoavaliação do mesmo; a importância do desenvolvimento de uma postura profissional afirmativa e do envolvimento com a promoção de mudanças sociais e políticas.

Palavras-chave: atuação do psicólogo, identidade de gênero, orientação sexual.

Abstract

In recent years, Psychology organizations around the world have produced documents that propose a careful look at the particularities of the LGBTI+ reality that can interfere with mental health and psychological care and suggest principles for action to guide professionals in the adequate provision of care to individuals. LGBTI+. The existence of these documents reaffirms the need for approximation and awareness of professionals in the area in the face of issues concerning this group. This study aimed to understand how psychological care for the LGBTI+ population is described and proposed by professional associations around the world. This is a documentary study in which a descriptive and comparative analysis of documents produced by organizations from different countries was carried out. The results demonstrate an emphasis on the professional's awareness of the historical contributions of Psychology; the need for self-assessment; the importance of developing an affirmative professional attitude and involvement in promoting social and political change.

Keywords: psychologist's performance, gender identity, sexual orientation

Resumen

En los últimos años, organizaciones de Psicología de todo el mundo han elaborado documentos que proponen una mirada atenta a las particularidades de la realidad LGBTI+ que pueden interferir en la salud mental y la atención psicológica y sugieren principios de actuación para orientar a los profesionales en la adecuada atención a las personas. LGBTI+. La existencia de estos documentos reafirma la necesidad de acercamiento y sensibilización de los profesionales del área frente a las problemáticas que atañen a este grupo. Este estudio tuvo como objetivo comprender cómo las asociaciones profesionales de todo el mundo describen y proponen la atención psicológica a la población LGBTI+. Se trata de un estudio documental en el que se

realizó un análisis descriptivo y comparativo de documentos producidos por organizaciones de diferentes países. Los resultados demuestran un énfasis en la conciencia del profesional sobre los aportes históricos de la Psicología; la necesidad de autoevaluación; la importancia de desarrollar una actitud profesional afirmativa y de participación en la promoción del cambio social y político.

Palabras clave: actuación del psicólogo, identidad de género, orientación sexual

Um número significativo de estudos demonstra que a população LGBTI+¹ é, semelhante a outros grupos marginalizados, mais suscetível ao desenvolvimento de sofrimento psíquico devido a efeitos nocivos do estigma social como a exclusão e a marginalização desses indivíduos (Meyer, 2003). Constatase que, diante dessa realidade, essa população procura assistência psicológica com muito mais frequência do que a população em geral (Nystrom, 1997). Como questões apontadas como centrais na demanda apresentada por esses indivíduos, estão, de modo geral, a necessidade de estabelecer ou restabelecer suas relações consigo mesmos e com seus sistemas familiares e sociais (Palma & Stanley, 2002). O estresse psicológico gerado pelos desafios enfrentados por grande parte desses indivíduos tende a contribuir com o surgimento de transtornos afetivos, de ansiedade e por uso de substâncias (Dohrenwend, 2000).

Mesmo com os avanços científicos que fundamentam a atuação com a população LGBTI+ no campo da Psicologia, perduram no mundo ocidental práticas e intervenções prejudiciais a essa população no que se refere à assistência psicoterapêutica. Podemos citar as “terapias de conversão” (Garcia & Mattos, 2020), o relativo desconhecimento da classe profissional acerca dos impactos psicológicos causados pela discriminação e, conseqüentemente, as experiências negativas e a eficácia terapêutica reduzida para aqueles que buscam serviços de saúde mental (Rodriguez, 2014). Assim, torna-se relevante a produção de orientações específicas para uma atuação profissional que promova o melhor atendimento a essa população.

No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), que regulamenta a profissão, dispõe do Código de Ética Profissional (CFP, 2005) com orientações gerais sobre a atuação do psicólogo. Neste documento, a única menção explícita a questões de orientação sexual é a proibição ao ato de “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais” (Art 2º, p. 9).

Contudo, o CFP concebeu duas resoluções que estabelecem normas específicas de atuação em relação à população LGBTI+. A resolução 01/99 (CFP, 1999) considerando o sofrimento psíquico causado por experiências de preconceito e discriminação em relação a orientação sexual, em geral, e a resolução 01/2018 (CFP, 2018), considerando o cuidado da população travesti e transexual. Ambas as resoluções representam um marco importante para a prática psicológica no país, mas são breves e possuem caráter geral e tímido. Mais recentemente, foram publicadas as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+ (CFP, 2023), com diretrizes para a atuação de psicólogos nesse âmbito.

Nos últimos anos, organizações de Psicologia ao redor do mundo têm produzido documentos que propõem um olhar atento sobre particularidades da realidade LGBTI+ que podem interferir na saúde mental e no cuidado psicológico. Os documentos sugerem princípios para ação que podem orientar o profissional na oferta de um atendimento efetivo. A existência desses documentos reafirma a necessidade de aproximação e sensibilização dos profissionais de Psicologia frente às questões tocantes a essa população. Sua análise pode possibilitar reflexões sobre as necessidades e os desafios no atendimento psicológico a essa população, bem como, inspirar a atuação dos psicólogos de qualquer parte do mundo, mesmo aqueles que não estão submetidos ao poder legal desses documentos.

As produções científicas pós-modernas no campo do gênero e da sexualidade vêm, de modo geral, superando os paradigmas que se tinham até então ao questionar o determinismo biológico e desconstruir noções essencialistas, entendendo a sexualidade como social e historicamente construída. Assim, especificamente no que se refere à Psicologia, aponta-se para a necessidade de um “redescobrimento” dessa área, para que os cuidados relacionados sejam, também, repensados (Paiva, 2008).

Considerando a produção desses documentos e entendendo cuidado psicológico enquanto as mais diversas práticas de fomento à saúde mental envolvendo profissionais da psicologia, o objetivo deste estudo é compreender de que forma o cuidado psicológico com a população LGBTI+ é proposto por associações profissionais da área. Especificamente, buscaremos: a) caracterizar os documentos em relação a sua origem, seu tipo, ano de publicação, motivação e população-alvo; e b) descrever os princípios para ação presentes.

Método

Trata-se de um estudo documental, procedimento metodológico de escolha e verificação de dados que utiliza fontes primárias, isto é, informações que não receberam tratamento científico ou analítico; e possibilita novos entendimentos sobre os fenômenos (Cellard, 2008). Foi realizada uma análise descritiva e comparativa de documentos produzidos por organizações de diferentes países. A busca foi feita em sites da internet e se orientou pelos seguintes critérios de inclusão: 1) serem documentos produzidos por associações do campo psicológico; 2) tratarem de aspectos do cuidado psicológico à população LGBTI+; 3) estarem disponíveis online na íntegra e 4) serem escritos nos idiomas inglês, espanhol e português. Além disso, privilegiou-se a seleção de documentos mais densos, oriundos de associações de distintas regiões do mundo.

De acordo com o objetivo do estudo, a análise dos documentos envolveu as seguintes dimensões: (1) origem do documento; (2) tipo de documento; (3) ano de publicação; (4) motivação para a produção do documento; e (5) definição da população alvo. Os documentos a serem analisados, segundo cada uma dessas dimensões, estão descritos na Tabela 1. Além disso, a análise contemplou uma sexta dimensão, (6) princípios para a ação, a qual implicou a produção de categorias temáticas. As categorias foram geradas por meio da análise do conteúdo (Bardin, 2006), em que os diferentes princípios apresentados são recortados e agrupados por semelhança após a leitura extensiva dos documentos.

Tabela 1.

Características gerais dos documentos.

Resultados

Características gerais dos documentos

Em relação às associações proponentes, cinco documentos são provenientes do continente americano (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; APPR, 2014), enquanto dois são do continente europeu (BPS, 2019; PSI, 2015) e um do continente africano (PSSA, 2017). Para além dos critérios de inclusão estipulados, a dificuldade de encontrar documentos de outras localidades que estivessem disponíveis on-line na íntegra também influenciou sobre esse resultado.

A análise do tipo de documento mostra que cinco deles são definidos como Diretrizes (Guidelines) (APA, 2015a, 2021; BPS, 2019; PSI, 2015; PSSA, 2017), outros dois como Competências (Competences) (ACA, 2012, 2009) e um como Padrões (Estándares) (APPR, 2014). Segundo a política da Associação Americana de Psicologia (2015b), o termo Diretrizes (Guidelines) refere-se a sugestões ou recomendações específicas, enquanto Padrões (Standards) são obrigatórios e definitivos. Entretanto, todos os documentos, mesmo aqueles nomeados

como Competências (ACA, 2009, 2012) e Padrões (APPR, 2014), apenas oferecem recomendações para a atuação do profissional com a população LGBTI+, sugerindo serem documentos de natureza inspiracional. Essa interpretação se dá pela ausência de qualquer informação que indique caráter impositivo das normativas sugeridas ao longo dos textos analisados. A análise do tipo de documento deve, contudo, considerar o escopo da autoridade exercida por estas associações, uma vez que cada país regulamenta a profissão de maneira diferente.

Quanto ao ano de publicação, todos os documentos foram produzidos entre 2009 e 2021. Embora alguns sejam atualizações de documentos anteriores (APA, 2019, 2021), as datas de publicação demonstram que foi, em grande parte, somente na última década que as organizações se debruçaram sobre a temática para oferecer orientação específica aos profissionais associados. É uma resposta lenta considerando que em 1973 a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade de seu Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais (DSM) e que, em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) excluiu-a do Código Internacional de Doenças (CID) (Junqueira, 2012).

No que se refere a motivação e necessidade de criação dos documentos, alguns a explicitam em seu texto (APA, 2015a, 2021; PSSA, 2017), enquanto outros não o fazem (ACA, 2009, 2012; APPR, 2014; BPS, 2019; PSI, 2015). Contudo, mesmo os que não explicitam a sua necessidade, destacam pontos que podem ser interpretados como justificativas para a sua criação. Segundo esses documentos, a falta de conhecimento por parte significativa dos profissionais em relação às dificuldades enfrentadas por estes grupos resulta em experiências negativas em serviços de saúde e intervenções terapêuticas menos efetivas (APA, 2015a; BPS, 2019; PSI, 2015; PSSA, 2017). Além disso, os avanços decorrentes do crescente número de pesquisas recentes relacionadas a este tema implicam na necessidade de revisão das diretrizes anteriormente estipuladas (APA, 2021; PSI, 2015). As justificativas apresentadas em comum

pelas associações apontam para a necessidade de documentos específicos voltados para o atendimento da população referida, para além das orientações éticas gerais, devido às particularidades da vivência destes grupos, marcada, muitas vezes, por discriminação, desconhecimento e patologização.

Em relação à população-alvo a qual o documento se refere, cada texto apresenta uma classificação distinta. Alguns deles tratam somente sobre questões de identidade de gênero ou orientação sexual (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; PSI, 2015), enquanto outros discutem ambos os temas (APPR, 2014; BPS, 2019; PSSA, 2017). Por outro lado, outros documentos se referem à população-alvo de forma mais abrangente, incluindo, dinâmicas e práticas de relacionamento dissidentes, como relacionamentos adeptos do BDSM (práticas fetichistas de bondage, sadismo e masoquismo), não-monogâmicos, ou quando somente um dos parceiros é assexual ou bissexual (BPS, 2019). A forma como cada documento concebe essa definição pode implicar em uma abrangência maior ou menor dos princípios de ação descritos.

Os princípios para a ação

Os princípios para ação são recomendações práticas e competências requeridas que orientam a atuação profissional para o melhor exercício. Todos os documentos organizam seus princípios por temas, e enquanto alguns têm especificidade e abrangência maiores (ACA, 2009, 2012; APA, 2015, 2021; APPR, 2014, PSSA, 2017), outros são mais generalistas (BPS, 2019; PSI, 2015). Aqui, as normativas foram organizadas em 5 subcategorias: 1) Avaliação crítica dos profissionais sobre as contribuições da Psicologia; 2) Auto-avaliação profissional; 3) Reconhecimento das opressões vividas pela população LGBT; 4) Desenvolvimento de uma postura profissional afirmativa; 5) Promoção de mudança social/política.

Avaliação crítica dos profissionais sobre as contribuições da Psicologia

É importante reconhecer que, historicamente, a psicologia agravou a discriminação contra indivíduos LGBTI+, sendo que os esforços históricos para patologizar identidades e orientações diversas exercem influência no tratamento psicológico dessa população até os dias atuais (Aragusuku & Lara, 2020; Palma & Stanley, 2002). Dessa maneira, o profissional deve estar ciente de que este histórico pode contribuir com uma desconfiança da pessoa em relação à profissão e até mesmo com o receio de buscar assistência psicológica devido a experiências negativas anteriores. (ACA, 2009, 2012). A recomendação é de que o profissional se afaste de modelos focados no déficit e use abordagens que endossem o bem-estar e a resiliência nos níveis individual e coletivo (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; PSSA, 2017; APPR, 2014). É fundamental reconhecer os danos emocionais, psicológicos e, muitas vezes, físicos que podem ser causados pelo envolvimento de clientes em abordagens que tentam alterar, “reparar” ou “converter” a orientação afetiva e/ou identidade/expressão de gênero. Estas práticas não são cientificamente embasadas e os psicólogos não devem engajar-se nelas (ACA, 2009, 2012; APA, 2015, 2021; BPS, 2019).

Algumas associações ressaltam, ainda, como certas teorias e instrumentos para avaliação de áreas como do desenvolvimento, dinâmicas grupais e de orientação profissional e de carreira podem não levar em conta as barreiras e desafios particulares que os indivíduos LGBTI+ enfrentam e, portanto, não oferecer suporte fidedigno ao tratamento. Assim, profissionais competentes devem avaliar criticamente os procedimentos e instrumentos de avaliação e entender como algumas medidas de avaliação, como o Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM) e outras ferramentas de diagnóstico podem endossar normas que impactam negativamente os indivíduos LGBTI+ (ACA, 2009, 2012; PSSA, 2017).

No que diz respeito à pesquisas sobre pessoas LGBTI+, o profissional deve identificar as limitações dos métodos no que se refere à amostragem, em relação a questões de

confidencialidade, como por exemplo, jovens LGBTI+ não assumidos para seus pais e que, portanto, não podem buscar o consentimento deles para participar de estudos; e generalização entre identidades distintas dentro das experiências LGBTI+, como inferências sobre homens gays que podem não ser aplicáveis entre lésbicas ou homens bissexuais. Sendo assim, deve-se consumir pesquisas sobre pessoas e comunidades LGBTI+ de forma crítica (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021). No que se refere a programas de treinamento, graduação e especialização, recomenda-se reconhecer a importância de se ter estagiários, professores e supervisores LGBTI+, e a inclusão efetiva dessa temática nos planos de ensino, para além de meras citações (APA, 2015, 2021).

Auto-avaliação profissional

Uma auto-avaliação por parte do psicólogo é considerada necessária para a oferta de tratamento psicoterapêutico à pessoa LGBTI+. Essa ação visa garantir que os cuidados sejam não somente apropriados, mas eficazes, e pode ser realizada por meio de diversas ações como a análise dos preconceitos, limites da formação e o impacto da própria identidade/expressão de gênero no tratamento e a necessidade de treinamento e supervisão.

Assim, o profissional deve estar ciente de como seus próprios preconceitos e/ou privilégios podem influenciar o trabalho com a pessoa LGBTI+, seja induzindo um direcionamento equivocado ao tratamento ou ignorando demandas apresentadas pelo indivíduo. É necessário reconhecer os próprios valores relacionados a questões de gênero e sexualidade e refletir sobre suas suposições internalizadas. Reconhecer que vive, assim como o cliente, em uma sociedade cisheteronormativa e também está suscetível a crenças e atitudes negativas em relação a pessoas LGBTI+ (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; APPR, 2014; BPS, 2019). É importante reconhecer a possível influência de preconceitos no planejamento, implementação e aplicação de pesquisas envolvendo pessoas LGBTI+, considerando a gama de aspectos

políticos e perspectivas científicas que podem interferir nas perguntas feitas, nas amostras e nas implicações apresentadas nos estudos (APA, 2015, 2021). O profissional deve saber que uma pesquisa nunca é isenta de posicionamento (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021).

É importante o profissional reconhecer sua própria experiência e treinamento com gênero e sexualidade para o cliente no encontro inicial, sendo franco sobre suas limitações, especialmente quando questões relacionadas são o motivo da procura por tratamento (ACA, 2009, 2012; PSSA, 2017). Da mesma forma, deve-se reconhecer quando não se possui competências suficientes para tal e realizar o encaminhamento para outros profissionais que sejam capazes de fornecer cuidados apropriados (APA, 2015a, 2021; PSI, 2015). Para lidar com dilemas éticos que podem impactar o vínculo terapêutico, sugere-se que o profissional deixe o cliente ciente dos acontecimentos, de maneira que ele participe de maneira ativa das decisões a serem tomadas, fortalecendo o relacionamento terapeuta/cliente (ACA, 2009, 2012).

O profissional deve reconhecer que sua própria identidade/expressão de gênero e orientação afetiva podem influenciar no processo terapêutico. Ainda que o profissional seja LGBTI+, ele não está isento de possíveis preconceitos (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; PSSA, 2017). Reconhecer o próprio poder e privilégios envolve a prática de “humildade cultural” (Griffith et al., 2017), que consiste em um processo contínuo de reflexão e crítica, mantendo-se ciente de como a cultura pode afetar comportamentos relacionados à saúde. Desenvolver a humildade cultural diz de um comprometimento constante em combater desigualdades de poder, engajando-se em ações para melhorar a vida de seus clientes, como combater a opressão, e contribuir com mudanças nos sistemas que alimentam disparidades de saúde relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero (APA, 2015a, 2021; PSSA, 2017).

O profissional deve buscar treinamento e supervisão com profissionais capacitados para garantir a oferta de uma assistência adequada a essa população, utilizando estes espaços como

ferramentas para reconhecer possíveis preconceitos e evitar o abuso de privilégio e poder (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; PSSA, 2017). Estar constantemente buscando conscientização, conhecimento e habilidades para atender às questões LGBTI+ é fundamental devido ao rápido desenvolvimento de pesquisas e à crescente base de conhecimento relacionada à experiência, comunidade e vida LGBTI+. Isso pode se dar por meio de conversas com indivíduos e comunidades; lendo sobre pessoas, suas vidas e suas histórias; e participando de workshops, seminários, conferências e reuniões (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; APPR, 2014; PSSA, 2017).

Reconhecimento das opressões vividas pela população LGBTI+

Uma parte significativa das diretrizes contidas nos documentos se refere à necessidade de reconhecimento por parte do profissional acerca dos efeitos das opressões e desafios experimentados pela pessoa LGBTI+. Os autores (APA, 2015a, 2021; ACA, 2009, 2012; BPS, 2019; PSI, 2015; PSSA, 2017) apoiam-se no Modelo de Estresse de Minoria (Meyer, 2003) para desenvolver as recomendações, assumindo a existência de estressores adicionais à pessoa LGBTI+ devido à inquietação social em torno das questões de gênero e sexualidade. Destaca-se, ainda, a possibilidade de que estressores de minoria distintos possam ocorrer simultaneamente, interagindo e influenciando a saúde mental e comportamental, física e psicossocial entre pessoas LGBTI+ que possuem múltiplas identidades marginalizadas (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; BPS, 2019; PSI, 2015; PSSA, 2017).

Denota-se a importância de estar ciente das estruturas econômicas, ambientais, políticas e históricas que impactam a saúde mental de muitos indivíduos LGBTI+ e os obrigam a enfrentar barreiras adicionais (APA, 2015a, 2021; ACA, 2009, 2012; BPS, 2019; PSI, 2015; PSSA, 2017). Portanto, deve-se reconhecer a existência de estressores físicos, como dificuldade de acesso a cuidados de saúde; sociais, como conflitos relacionais, familiares e afetivosexuais;

emocionais, como ansiedade, depressão, abuso de substâncias; culturais, como a reprovação de outras pessoas e a deslegitimação de sua identidade ou orientação; espirituais, como o possível conflito entre seus valores espirituais e os de sua família; e econômicos, como problemas financeiros resultantes de discriminação no emprego.

Estes fatores podem interferir na capacidade de indivíduos LGBTI+ atingirem seus objetivos, além de afetar as decisões e marcos de desenvolvimento em suas vidas, independentemente da capacidade de resiliência. Ou seja, as tarefas típicas de desenvolvimento da infância, adolescência, adultez e velhice LGBTI+ podem ser comprometidas por ansiedade e depressão, ideação e comportamento suicida, fracasso acadêmico, abuso de substâncias, abuso sexual e verbal, falta de moradia, prostituição e infecção por IST/HIV (ACA, 2012; APPR, 2014; PSSA, 2017; PSI, 2015).

Também é destacada a compreensão de que a internalização da construção social de gênero e sexualidade interfere na maneira como as pessoas LGBTI+ gerenciam os níveis de aceitação de seus próprios desejos afetivos, românticos e sexuais (APPR, 2014; PSI, 2015). Portanto, os psicólogos devem estar cientes da homotransfobia internalizada que o cliente/paciente pode apresentar, tendo em vista que essas pessoas nasceram e cresceram dentro de uma sociedade e cultura heteronormativas. Além disso, compreender que, às vezes, os indivíduos podem não reconhecer as opressões ou tensões que possam ter experimentado se tiverem altos níveis de opressão internalizada, que pode ser difícil de identificar (ACA, 2012; APPR, 2014).

No âmbito profissional, salienta-se que os estressores adicionais podem afetar interesses e valores vocacionais, perspectivas de emprego e carreira, capacidade de tomar decisões profissionais, gerar dificuldade para equilibrar vida profissional e pessoal (APA, 2015a, 2021). O psicólogo deve ter conhecimento de como a opressão sistêmica e institucionalizada contra indivíduos LGBTI+ pode comprometer o desempenho de carreira e resultar em avaliações

negativas de desempenho, limitando as opções de carreira, resultando em subemprego, menor acesso a recursos financeiros e a concentração dessa população em certas áreas, em detrimento de outras. Além disso, é importante estar sensível a como as experiências de opressão e/ou violência podem influenciar na diminuição da satisfação profissional, falta de segurança e conflitos interpessoais (ACA, 2009, 2012; APPR, 2014).

Um desafio comumente experienciado pela pessoa LGBTI+ diz respeito aos seus relacionamentos. Além de reconhecer o estigma associado a estruturas familiares e dinâmicas de relacionamento que podem não ser legalmente reconhecidas ou socialmente legitimadas, como relacionamentos homoafetivos, não-monogâmicos e a homoparentalidade (APA, 2015a, 2021), o profissional deve saber que a estrutura da família de origem de um indivíduo LGBTI+ pode mudar ao longo do tempo, especialmente como efeito da aceitação ou rejeição pela família, e reconhecer o impacto que ser rejeitado pode gerar. É necessário reconhecer também que as pessoas LGBTI+ podem optar por continuar a ter relacionamentos próximos com membros da família de origem, ainda que estes não sejam receptivos ou não demonstrem apoio (APA, 2015a, 2021).

Se existirem problemas na “família de origem”, o indivíduo pode criar uma “família de escolha”, entre amigos e parentes que o apoiam (ACA, 2009, 2012; APPR, 2014). É importante saber que as pessoas LGBTI+ podem se referir à sua rede de amigos, parceiros e/ou ex-parceiros como família ou parentes, bem como, ou em vez de, sua família de origem (ACA, 2012; BPS, 2019; PSI, 2019). E, mais do que isso, é entender como as famílias de escolha podem servir para minimizar experiências de discriminação e marginalização e amenizar o sofrimento psicológico, especialmente com indivíduos rejeitados pela família de origem (APA, 2015a, 2021);

Desenvolvimento de uma postura profissional afirmativa

Para uma boa prática, os documentos salientam a importância do desenvolvimento de uma perspectiva afirmativa. Esta pode ser definida como uma construção dada pela união de diversos elementos e se configura, de modo geral, como uma postura assumida pelo profissional, que leva em consideração a ética profissional e as necessidades específicas dos clientes LGBTI+, de modo a questionar e confrontar a normatividade (Davies & Neal, 2000). É considerada fundamental a ciência de que as orientações e identidades diversas não são patológicas, nem causadas por traumas ou desenvolvimento psicossocial interrompido e fazem parte da diversidade sexual do ser humano (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; APPR, 2014; BPS, 2019; PSSA, 2017; PSI, 2015).

A postura afirmativa pode ser traduzida na utilização de intervenções que promovam empoderamento e resiliência. Nesse sentido, sugere-se que o profissional evidencie junto ao cliente LGBTI+ o potencial de integrar sua orientação sexual e identidade de gênero em uma vida e relacionamentos funcionais e saudáveis, apesar das experiências de opressão (ACA, 2009, 2012; APPR, 2014; PSSA, 2017; BPS, 2019). É importante encontrar aspectos que fazem a pessoa LGBTI+ orgulhar-se; contribuir com o desenvolvimento do senso de agência, capacitando para reconhecer e resistir ao preconceito, identificando possíveis cursos de ação, estratégias de defesa e recursos para enfrentamento (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; PSSA, 2017; APPR, 2014); além de incentivar a conexão com comunidades que legitimem sua identidade e experiências de resiliência, com as quais possam identificar-se e criar vínculos (ACA, 2009, 2021; APA, 2015a, 2021; BPS, 2019; PSSA, 2017).

O profissional pode se deparar com pacientes que experimentam conflitos intensos em relação à sua orientação sexual ou identidade de gênero, pois estes lidam com questões de desenvolvimento de uma identidade não normativa. Em uma postura afirmativa, o profissional explora esses conflitos de maneira empática, indagando sobre a angústia do cliente para

identificar os efeitos do preconceito e discriminação vivenciados por ele (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; PSSA, 2017). Em alguns casos, o cliente pode solicitar “terapia de reparação” e o profissional deve fornecer informações precisas e atualizadas sobre diversidade sexual e de gênero e evidências científicas sobre os danos da terapia reparadora (ACA, 2009, 2012).

O profissional pode fornecer psicoeducação para explicar e diferenciar os conceitos de orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero, bem como sobre como eles se relacionam, e corrigir equívocos ou mitos sobre estes (ACA, 2012). Além disso, recomenda-se naturalizar o caminho singular de cada indivíduo no desenvolvimento de sua identificação, destacando a possibilidade de que esta não seja necessariamente fixa, mas possa transformar-se com o tempo (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; PSSA, 2017).

Em relação a “sair do armário”, o profissional deve ter em mente que não se trata de um evento isolado, pois refere-se ao desenvolvimento de uma identidade sexual e/ou de gênero autêntica e no tratamento do estigma internalizado (PSSA, 2017). É um processo que pode estender-se ao longo da vida e que os próprios indivíduos devem controlar e dirigir. A pessoa deve estar preparada para reações positivas e negativas. O profissional não deve tentar pressionar alguém a se assumir acreditando que isso será melhor (PSSA, 2017) e deve reconhecer que o processo de “assumir-se” pode levar o indivíduo a estágios anteriores de desenvolvimento, que podem ou não condizer com a idade cronológica (ACA, 2009, 2012).

No trabalho com os familiares do cliente, recomenda-se ajudar a pessoa LGBTI+ a se comunicar dentro da dinâmica familiar. Isso pode significar trabalho individual, bem como terapia familiar, com o intuito de mediar os relacionamentos, papéis e regras dentro destes sistemas. Às vezes, isso também pode envolver lidar com o sentimento de perda de um filho por parte do cuidador à medida que a pessoa LGBTI+ passa por transições (PSSA, 2017). É importante prover informação científica e sensível aos familiares, fomentar espaços de diálogo

e facilitar a interação entre a família de origem e membros da rede de apoio da pessoa LGBTI+, como os amigos (APPR, 2014).

Os psicólogos devem considerar que as muitas formas possíveis de relacionamentos, incluindo relacionamentos monogâmicos e não monogâmicos, sexuais ou assexuais, podem ser opções de relacionamento saudáveis (APA, 2021; BPS, 2019; PSI, 2015; PSSA, 2017); e que as estruturas familiares dos indivíduos LGBTI+ podem variar (ACA, 2009, 2012). Em relação a questões de parentalidade, é necessário reconhecer a multiplicidade de maneiras pelas quais pessoas LGBTI+ se tornam pais, inclusive por meio do sexo com um parceiro do sexo oposto; e que nem todas as pessoas LGBTI+ desejam exercer a paternidade. De forma geral, é importante reconhecer os desafios que os pais em arranjos familiares diversos podem enfrentar, especialmente em relação ao gerenciamento da divulgação da configuração familiar (APA, 2015a, 2021).

O profissional deve se atentar para a utilização de rótulos e termos preferenciais do cliente (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; APPR, 2014; PSSA, 2017; PSI, 2015). É fundamental, ainda, identificar o motivo da procura por assistência, como explorar questões de gênero, questões de carreira ou relacionamento, e garantir que encaminhamentos sejam feitos para serviços devidamente qualificados. A identidade ou orientação do indivíduo LGBTI+ pode ou não estar relacionada às suas preocupações atuais (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; APPR, 2014; BPS, 2019; PSSA, 2017; PSI, 2015). Quando apropriado, o psicólogo pode considerar discutir sua abordagem de tratamento, base teórica, resultados esperados e opções alternativas de tratamento com seus clientes LGBTI+. Uma avaliação abrangente deve ser realizada, considerando não somente a sintomatologia da saúde mental e o sofrimento psicológico, mas também a saúde e sofrimento físicos. Ele deve familiarizar-se com as opções de tratamento médico, como medicamentos supressores da puberdade e terapia hormonal e trabalhar em colaboração com outros profissionais de saúde para fornecer cuidados adequados

(APA, 2015a, 2021; APPR, 2014; BPS, 2019; PSI, 2015). Obter informações sobre o processo legal de retificação de gênero/sexo pode ajudar bastante o cliente no processo de transição (APA, 2015a, 2021; BPS, 2019; PSI, 2015).

Promoção de mudança social/política

Esta categoria discute recomendações relacionadas a um contexto de atuação mais amplo, no qual o profissional pode advogar pelo cliente, quando necessário. Este pode usar seus conhecimentos para informar leis e políticas que protegem ou perpetuam discriminação; defender políticas inclusivas nos ambientes de trabalho; indicar maneiras pelas quais as pessoas LGBTI+ podem se engajar politicamente para confrontar os sistemas de opressão; tornar-se um defensor do cliente para além do escopo da prática individual, o que pode incluir a sensibilização do ambiente institucional, ou negociações com instituições e outros contextos em nome do cliente (ACA, 2009, 2012; APA, 2015a, 2021; APPR, 2014; PSSA, 2017).

Isso também inclui a defesa e criação de espaços nos quais pessoas marginalizadas, inclusive pela própria comunidade LGBTI+, sejam capazes de prosperar (ACA, 2009, 2012; APA, 2015, 2021; APPR, 2014; PSSA, 2017). Nesse sentido, recomenda-se o envolvimento do profissional em um contexto mais amplo para combate das opressões, como por exemplo trabalhar com os desenvolvedores de políticas públicas para a criação de projetos que reduzam o estigma e a discriminação, garantindo sensibilidade e inclusão; o envolvimento com organizações que buscam revisar leis e políticas para resguardar os direitos e a dignidade das pessoas LGBTI+ e apoiar a acessibilidade das pessoas LGBTI+ aos serviços de saúde (APA, 2021; BPS, 2019).

Discussão

Os documentos convidam a uma perspectiva de atuação crítica e assumem o papel exercido pela Psicologia à medida que consideram o histórico de contribuição da profissão com a opressão da população LGBTI+. Por conta da patologização e sua difusão em diferentes teorias e práticas, somada a cultura ocidental homofóbica, fez-se importante produzir documentos oficiais e específicos para produzir entendimentos que se contrapusessem a essas visões naturalizadas e hegemônicas na sociedade.

A necessidade do exercício de autocrítica pelo profissional é destacada pelos documentos como essencial para a aplicação de uma atuação potente, à medida que funciona como ferramenta para um constante aprimoramento profissional (Brito, 2015). Possibilita também um questionamento dos saberes modernos que, ainda hoje, tendem a moldar os cuidados psicológicos a grupos marginalizados (Paiva, 2008). Nesse sentido, o destaque para o processo de autorreflexão do profissional em relação a sua própria identidade e posição de privilégio e poder reafirma o entendimento de que este, ainda que na posição de terapeuta, permanece situado social e historicamente e, portanto, também as suas compreensões. Sendo assim, a busca por supervisão competente parece ter o intuito de certificar que o processo de autoavaliação aconteça, que os cuidados prestados sejam apropriados e que o caráter relacional do processo terapêutico seja utilizado de forma sensível e produtiva.

A visão que se tem nos documentos da pessoa LGBTI+ é ampla e perpassa diferentes estilos de vida, reconhecendo os múltiplos e singulares cursos possíveis de desenvolvimento das orientações e identidades. Também são consideradas como população-alvo comunidades e familiares, demonstrando uma compreensão ampliada. Essa visão é importante porque confronta um ideal normativo e conservador de suposto bem-estar, validando as diversas outras formas menos convencionais e tão saudáveis quanto de existir e se relacionar. Além disso, dá visibilidade a essas outras formas à medida que educa sobre elas e pode contribuir para que o

terapeuta não faça suposições que atribuam qualquer tipo de característica cisheterossexual sobre o cliente.

Há, ainda, a consideração de práticas dissidentes, algumas heterossexuais, associadas a estressores adicionais semelhantes aos que atingem a população LGBTI+, uma vez que também se contrapõem ao pressuposto cisheteronormativo (BPS, 2019; Mota & Oliveira, 2014). Além disso, a maior parte dos documentos procura conscientizar a respeito da interseccionalidade da qual o indivíduo pode dispor. Contudo, ambos os assuntos são discutidos brevemente, de modo que não se aprofundam sobre suas particularidades e, assim, a inclusão não parece ser bem-sucedida no intuito de fornecer orientações práticas para a atuação em relação aos temas.

As várias recomendações parecem apontar para a adoção de uma postura dialógica e colaborativa, em que a realidade terapêutica é construída em conjunto, em uma relação horizontal (Anderson, 2017), à medida que posicionam o cliente enquanto agente que participa ativamente do processo psicoterápico. A criação de um espaço dialógico convida o cliente a desenvolver repertório diferente do habitual, pautando-se por um diálogo aberto e sem julgamentos e possibilitando a criação de narrativas positivas (Anderson, 2017). Sendo assim, condiz com as recomendações de que sejam utilizadas abordagens voltadas para o bem-estar, e afastando-se de rótulos deficitários.

Contudo, de forma geral, a ação propositiva nos documentos parece conservadora, estando ainda muito centrada na prática individual de saúde mental. A dimensão política, por exemplo, é pouco significativa e vai de encontro com a literatura relacionada, que aponta para um desenvolvimento emergente, escasso e recente de possibilidades de ação do profissional nesse âmbito (Aragusuku & Lara, 2020; Dworkin & Yi, 2003). Um comprometimento político é considerado pelas teorias pós-modernas intrínseco ao papel do psicólogo e fundamental para a ampliação dos cuidados e a contribuição com uma qualidade de vida melhor a grupos marginalizados (Paiva, 2008).

Considerações Finais

A análise realizada mostrou que os documentos selecionados são predominantemente do continente americano, caracterizados como diretrizes, publicados na última década, cuja redação foi motivada pelo atendimento insatisfatório da população LGBTI+ e pelo crescimento das pesquisas na área, sendo dirigidos tanto a diferentes identidades de gênero e orientação sexual, bem como, formas de relacionamento dissidentes. As recomendações propostas envolveram: a avaliação crítica dos profissionais sobre as contribuições históricas da Psicologia; a necessidade de auto-avaliação profissional contínua; o reconhecimento das opressões vividas pela população LGBT; o desenvolvimento de uma postura profissional afirmativa; e a importância do envolvimento dos profissionais na promoção de mudança social e política nesse campo.

O estudo teve como limitação a dificuldade de acesso a documentos oriundos de outras localidades e que estivessem disponíveis online na íntegra, produzindo um olhar marcado, predominantemente, pela cultura do continente americano. Mesmo assim, considerando as diferenças dos países de origem dos documentos, as especificidades culturais que potencialmente influenciam as questões tratadas no artigo não foram analisadas. Além disso, grande parte dos documentos analisados tentam dar conta de todas as letras pertencentes a sigla em um mesmo documento, dificultando um aprofundamento sobre o caráter múltiplo dessas experiências.

Espera-se que estudos futuros discutam a importância do papel político do psicólogo e amplie o olhar sobre possibilidades de ação nesse âmbito. Recomenda-se que as organizações de Psicologia no Brasil estejam atentas a esse movimento internacional de reconhecimento da necessidade de aproximação da categoria profissional à realidade LGBTI+. Ainda, espera-se que esse trabalho fomente uma atuação crítica de profissionais da Psicologia e da saúde, de

modo geral, auxiliando na compreensão das pessoas e comunidades LGBTI+, e sirva como ferramenta para o aprimoramento da oferta de uma assistência psicológica de qualidade.

Referências

- American Counseling Association (2009). *ALGBTIC Competencies for Counseling Transgender Clients*. Recuperado de https://www.counseling.org/docs/default-source/competencies/algbtic_competencies.pdf?sfvrsn=d8d3732f_12
- American Counseling Association (2012). *ALGBTIC Competencies for Counseling LGBTQIA*. Recuperado de https://www.counseling.org/docs/default-source/competencies/algbtic-competencies-for-counseling-lgbqiqa.pdf?sfvrsn=1c9c89e_14
- American Psychological Association (2015a). *Guidelines for Psychological Practice With Transgender and Gender Nonconforming People*. Recuperado de <https://www.apa.org/practice/guidelines/transgender.pdf>
- American Psychological Association. (2015b). Professional practice guidelines: Guidance for developers and users. *American Psychologist*, 70(9), 823–831. doi: <https://doi.org/10.1037/a0039644>
- American Psychological Association (2021). *The APA Guidelines for Psychological Practice with Sexual Minority Persons*. Recuperado de <https://www.apa.org/about/policy/psychological-sexual-minority-persons.pdf>
- Anderson, H. (2017). A postura filosófica: o coração e a alma da prática colaborativa. In M. Grandesso, *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações* (pp. 21-34). Curitiba: CRV.
- Aragusuku, H. A., & Lara, M. F. A. (2020). Uma Análise Histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 Anos de Resistência à Patologização da Homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(1), 6-20. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228652>

- Asociación de Psicología de Puerto Rico (2014). *Estándares para el Trabajo e Intervención en Comunidades Lesbianas, Gay, Bisexuales e Identities Trans (LGBT)*. Recuperado de http://docs.wixstatic.com/ugd/0522af_89334b8cc3904582841b58dcce2ca374.pdf
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- Brito, W. C. (2015). Psicologia e Direitos Humanos: autocrítica, questões e desafios. *Revista Psicologia em Foco*, 7(10), 69-86. Recuperado em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/2024>
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In: Poupart, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (1999). Resolução nº 001/99. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2005). Resolução nº 010/05. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/07/resolucao2005_10.pdf
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2018). Resolução Nº 001/2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>

- Davies, D. E., & Neal, C. E. (2000). *Therapeutic perspectives on working with lesbian, gay and bisexual clients*. Open University Press.
- Dohrenwend, B. P. (2000). The role of adversity and stress in psychopathology: Some evidence and its implications for theory and research. *Health and Social Behavior*, 41, 1–19. doi: <https://doi.org/10.2307/2676357>
- Dworkin, S. H., & Yi, H. (2003). LGBT Identity, Violence, and Social Justice: The Psychological Is Political. *International Journal for the Advancement of Counselling*, 25(4), 269–279. <https://doi.org/10.1023/B:ADCO.0000005526.87218.9f>
- Facchini, R., & França, I. L. (2020). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Garcia, M. R. V., & Mattos, A. R. (2020). “Terapias de Conversão”: Histórico da (Des) Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228550>
- Griffith, C., Akers, W., Dispenza, F., Luke, M., Farmer, L. B., Watson, J. C. & Goodrich, K. M. (2017). Standards of care for research with participants who identify as LGBTQ+. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, 11(4), 212-229. doi: <https://doi.org/10.1080/15538605.2017.1380549>
- Junqueira, R. D. (2012). Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas - Estudos Gays: Gêneros E Sexualidades*, 1(01). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. *Psychological bulletin*, 129(5), 674. doi: <https://doi.or/10.1037/0033-2909.129.5.674>

- Mota, A. M., & Oliveira, A. (2014). Repensar o BDSM para além da dor: Sadomasoquismo e direitos sexuais. *Revista Iberoamericana de Salud y Ciudadanía*, 3(1), 82-104. Recuperado de: https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=110262&pi_pub_r1_id=
- Nystrom, N. (1997). Oppression by mental health providers: A report by gay men and lesbians about their treatment (Tese de doutorado, University of Washington). Recuperado de: <https://psycnet.apa.org/record/1997-95023-126>
- Paiva, V. (2008). A psicologia redescobrirá a sexualidade?. *Psicologia em Estudo*, 13, 641-651. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000400002>
- Palma, T. V., & Stanley, J. L. (2002). *Effective counseling with lesbian, gay and bisexual clients. Journal of College Counseling*, 5(1), 74-89. doi:10.1002/j.2161-1882.2002.tb00208.x
- Psychological Society of South Africa (2017). *Practice Guidelines For Psychology Professionals Working With Sexually And Gender-Diverse People*. Recuperado de: <https://www.psyssa.com/wp-content/uploads/2018/04/PsySSA-Diversity-Competence-Practice-Guidelines-PRINT-singlesided.pdf>
- Rasera, E. F., Vieira Júnior, E. N., & Lorenzi, C. G. (2016). Notas sobre os estudos construcionistas sociais sobre gênero e sexualidade no Brasil. In Teorias de gênero: feminismo e transgressão [recurso eletrônico]. Porto Alegre: ediPUCRS.
- Rodriguez, A. M. M. (2014). Experiências de atenção à saúde e percepções das pessoas transgênero, transexuais e travestis sobre os serviços públicos de saúde em Florianópolis/SC (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129499>

The British Psychological Society (2019). Guidelines for psychologists working with gender, sexuality and relationship diversity. Recuperado de: <https://doi.org/10.53841/bpsrep.2019.rep129>

The Psychological Society of Ireland (2015). Guidelines for Good Practice with Lesbian, Gay and Bisexual Clients. Recuperado de: https://www.psychologicalsociety.ie/source/PSI%20Guidelines%20for%20Good%20Practice%20with%20LGB%20Clients_1.pdf

Tabela 1*Características gerais dos documentos*

Título	Associação	Tipo	Ano	Justificativa	População alvo
Competências da ALGBTIC para o Aconselhamento de Indivíduos LGBTQIA	American Counseling Association (ACA)	Competência	2009	Não é explicitado	Indivíduos LGBTQIA
Competências da ALGBTIC para o Aconselhamento de Clientes Transgêneros	American Counseling Association (ACA)	Competência	2012	Não é explicitado	Transgêneros
Padrões para o Trabalho e Intervenção em Comunidades Lésbicas, Gays, Bissexuais e Identidades Trans (LGBT)	Asociación de Psicología de Puerto Rico (APPR)	Padrão	2014	Não é explicitado	Comunidades Lésbicas, Gays, Bissexuais e Identidades Trans
Diretrizes para Prática Psicológica com Pessoas Transgêneros e Não-Conformes de Gênero	American Psychological Association (APA)	Diretriz	2015	Falta de conhecimento dos psicólogos	Pessoas Transgêneros e em Não-Conformidade de Gênero
Diretrizes para a boa prática com clientes lésbicas, gays e bissexuais	The Psychological Society of Ireland (PSI)	Diretriz	2015	Não é explicitado	Lésbicas, Gays e Bissexuais
Diretrizes práticas para profissionais de psicologia que trabalham com pessoas de gênero e sexualidade diversos	Psychological Society of South Africa (PSSA)	Diretriz	2017	Contribuição da Psicologia com a opressão; experiências negativas com terapeutas	Pessoas de gênero e sexualidade diversos
Diretrizes para psicólogos trabalhando com diversidade de gênero, sexualidade e relacionamento	The British Psychological Society (BPS)	Diretriz	2019	Não é explicitado	Diversidade de gênero, sexualidade e relacionamento
Diretrizes para Prática Psicológica com	American Psychological	Diretriz	2021	Revisão diante dos avanços científicos;	Pessoas de Minorias Sexuais

Pessoas de Minorias Association
Sexuais (APA)

mudanças
políticas e legais

Notas

¹ Utilizamos a sigla LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas interssexo) e como forma de identificar essa população dada a tendência atual de sua utilização nesse campo de estudos (Facchini & França, 2020). Contudo, reconhecemos seu caráter provisório e em constante transformação, bem como, as limitações decorrentes de uma suposta homogeneidade de um grupo que é diverso e cujas experiências são distintas.

Parte III

A capacitação de psicólogas para o cuidado da população LGBTI+

Psicólogas e cuidado LGBTI+

Resumo

Ao buscar serviços de saúde mental, a população LGBTI+ vive, muitas vezes, experiências negativas e eficácia terapêutica reduzida, o que afirma a necessidade de aproximação dos profissionais às problemáticas específicas dessa população para a qualificação dos serviços prestados. Considerando esse contexto e seus desafios, o objetivo deste estudo é analisar como a literatura tem abordado a formação das psicólogas para a atuação com a população LGBTI+. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura nacional e internacional cujas buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO, PsycInfo, PubMed, EBSCOhost, o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no periódico Journal of Homosexuality e a amostra final composta por vinte estudos. Os achados foram analisados por meio da análise temática do conteúdo. Os resultados exploram atitudes e competências profissionais no manejo com a população LGBTI+, a percepção dos clientes em relação às competências dos profissionais e a avaliação de programas de treinamento específicos para o trabalho com esse grupo. Há uma ausência de estudos nacionais que investigam essa temática na literatura de periódicos indexados e os estudos internacionais dão ênfase à necessidade de conscientização do profissional como o principal determinante para uma boa prática, seguido do domínio de conhecimentos e habilidades.

Palavras-chave: capacitação profissional. Psicologia. Identidade de gênero. Orientação sexual. Minorias sexuais e de gênero

THE TRAINING OF PSYCHOLOGISTS FOR THE CARE OF THE LGBTI+ POPULATION

Psychologists and LGBTI+ care

Abstract

When seeking mental health services, the LGBTI+ population often has negative experiences and reduced therapeutic efficacy, which confirms the need for professionals to approach the specific problems of this population in order to qualify the services provided. Considering this context and its challenges, the objective of this study is to analyze how the literature has addressed the training of psychologists to work with the LGBTI+ population. This is an integrative review of the national and international literature whose searches were carried out

in the SciELO, PsycInfo, PubMed, EBSCOhost databases, the Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) and in the Journal of Homosexuality and the final sample composed of twenty studies. The findings were analyzed using thematic content analysis. The results explore professional attitudes and skills in dealing with the LGBTI+ population, the clients' perception of the professionals' skills and the evaluation of specific training programs for working with this group. There is an absence of national studies that investigate this theme in the literature of indexed journals and international studies emphasize the need for professional awareness as the main determinant for good practice, followed by mastery of knowledge and skills.

Keywords: professional training. Psychology. Gender identity. Sexual orientation. Sexual and gender minorities

LA FORMACIÓN DE PSICÓLOGAS PARA LA ATENCIÓN DE LA POBLACIÓN LGBTI+

Psicólogas y atención LGBTI+

Resumen

Al buscar servicios de salud mental, la población LGBTI+ suele tener experiencias negativas y una eficacia terapéutica reducida, lo que confirma la necesidad de que los profesionales aborden los problemas específicos de esta población para calificar los servicios prestados. Considerando este contexto y sus desafíos, el objetivo de este estudio es analizar cómo la literatura ha abordado la formación de psicólogos para trabajar con población LGBTI+. Esta es una revisión integradora de la literatura nacional e internacional cuyas búsquedas se realizaron en las bases de datos SciELO, PsycInfo, PubMed, EBSCOhost, el Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) y en Journal of Homosexuality y la muestra final compuesta por veinte estudios. Los hallazgos fueron analizados mediante el análisis de contenido temático. Los resultados exploran las actitudes y habilidades profesionales en el trato con la población LGBTI+, la percepción de los clientes sobre las habilidades de los profesionales y la evaluación de programas de formación específicos para trabajar con este colectivo. Hay una ausencia de estudios nacionales que investiguen este tema en la literatura de revistas indexadas y estudios internacionales enfatizan la necesidad de la conciencia profesional como el principal determinante para la buena práctica, seguida por el dominio de conocimientos y habilidades.

Palabras-clave: capacitación profesional. Psicología. Identidad de género. Orientación sexual. Minorías sexuales y de género

Introdução

Ao buscar serviços de saúde mental, a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, e pessoas intersexo (LGBTI+)¹ se depara, de modo geral, com o desconhecimento dos profissionais acerca das especificidades de suas vivências, bem como dos impactos psicológicos causados pelas experiências de preconceito, culminando em experiências negativas e eficácia terapêutica reduzida (Rodriguez, 2014). Além disso, perdura o engajamento de profissionais em condutas inadequadas, como a imposição de atitudes heteronormativas e as “terapias de conversão” que, ativamente, geram danos emocionais, psicológicos e, muitas vezes, físicos ao tentar alterar, “reparar” ou “converter” a orientação afetiva e/ou identidade/expressão de gênero do cliente (Cardoso & Ferro, 2012; Garcia & Mattos, 2020).

As experiências negativas contribuem com uma desconfiança da pessoa em relação à profissão e com o receio de buscar assistência psicológica novamente, entendendo que não será útil, mas constrangedor e vexatório. Todos esses fatores podem impedir o acesso efetivo desses indivíduos a cuidados apropriados e reafirmam a necessidade de aproximação dos profissionais às problemáticas específicas da população LGBTI+ para a qualificação dos serviços prestados (Cardoso & Ferro, 2012; Lionço, 2008).

Atualmente, as identidades e expressões de gênero e orientações sexuais não normativas são reconhecidas como parte da diversidade humana pela Organização Mundial da Saúde e pelas organizações de Psicologia ao redor do mundo. Ainda assim, o histórico de contribuição da Psicologia com a opressão e patologização dessa população e sua difusão em diferentes teorias e práticas, somada à cultura ocidental homofóbica, parece influenciar os cuidados oferecidos até os dias atuais (Aragusuku & Lara, 2020; Palma & Stanley, 2002).

Nos últimos anos, especialmente durante a última década, organizações de Psicologia ao redor do mundo têm produzido documentos que propõem um olhar atento sobre particularidades da realidade LGBTI+ que podem interferir na saúde mental e no cuidado psicológico e recomendam princípios para ação que orientam o profissional na oferta de um atendimento apropriado. A redação desses documentos é motivada pela assistência insatisfatória da população LGBTI+ e pelos avanços decorrentes do crescente número de pesquisas relacionadas a este tema, que implicam na necessidade de revisão dos paradigmas que se tinham até então e das diretrizes estipuladas (autoria oculta para avaliação por pares).

¹ Utilizamos a sigla LGBTI+ como forma de identificar essa população dada a tendência atual de sua utilização nesse campo de estudos. Contudo, reconhecemos seu caráter provisório e em constante transformação, bem como, as limitações decorrentes de uma suposta homogeneidade de um grupo que é diverso e cujas experiências são distintas.

No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia, órgão que regulamenta a profissão no país, dispõe de duas breves resoluções que estabelecem normas específicas de atuação em relação à população LGBTI+ (CFP, 1999; CFP, 2018). Além disso, de forma mais ampla, o Ministério da Saúde formulou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a qual visa eliminar a discriminação e o preconceito institucional e promover a saúde integral dessa população (Brasil, 2013). Assim, no contexto nacional, a existência desses documentos reafirma a necessidade de que os profissionais de Psicologia estejam atentos aos elementos que implicam o processo de vulnerabilidade que leva ao adoecimento dessa população, assim como às políticas públicas que facilitam o acesso ao sistema de saúde.

Considerando esse contexto e seus desafios, o objetivo deste estudo foi analisar como a literatura tem abordado a formação das psicólogas para a atuação com a população LGBTI+. Mais especificamente, por meio de uma revisão integrativa da literatura nacional e internacional, buscou-se responder à seguinte questão norteadora: “Como as psicólogas estão sendo formadas e capacitadas para trabalhar com a população LGBTI+?”

Método

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, caracterizada pela aplicação de estratégias de busca, análise crítica e síntese da literatura de forma organizada. É um tipo de investigação que busca responder a uma questão bem definida por meio da revisão de trabalhos empíricos e possibilita a produção de conhecimento original (Whittemore & Knafl, 2005).

As buscas foram realizadas online entre os meses de janeiro e março de 2023 nas bases de dados SciELO, PsycInfo, PubMed, EBSCOhost, o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no periódico *Journal of Homosexuality*. Assim, o estudo buscou contemplar pesquisas nacionais e internacionais privilegiando estudos voltados para o campo da Psicologia. Cruzou-se os seguintes descritores: (1) psychology, (2) training e (3) LGBT, exceto na Psycinfo, na qual não foi utilizado o descritor “psychology”, por se tratar de uma base de dados específica do campo da Psicologia.

Por conta da escassez de resultados pertinentes ao escopo do trabalho, optou-se por não utilizar filtros que restringissem o período de publicação e por incluir na busca o periódico *Journal of Homosexuality*, central para o tema do estudo, e o Portal CAPES, biblioteca virtual que compreende diversas editoras e associações científicas internacionais e permite o acesso integral aos artigos. Na Psycinfo, foi utilizado o filtro “keywords”, porque notou-se que os

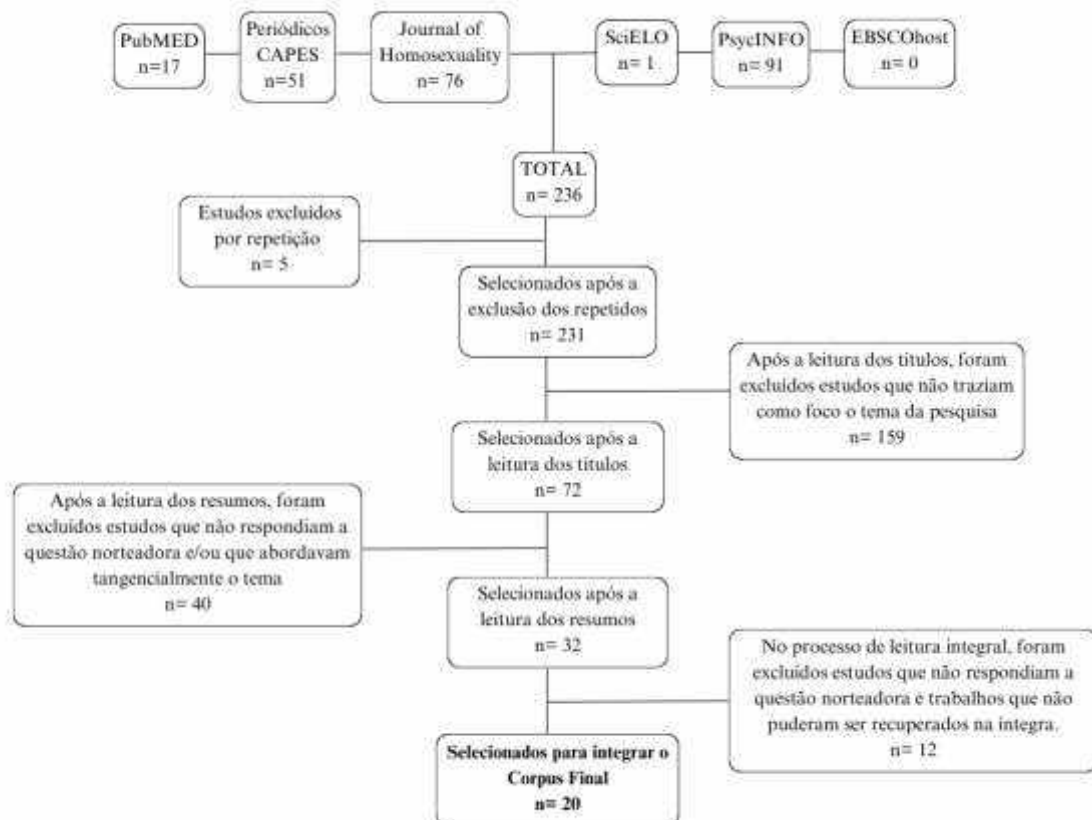
resultados encontrados eram mais robustos quando os descritores estavam presentes nas palavras-chaves. O número total de registros identificados foi de 236.

Os seguintes critérios de inclusão foram empregados: (1) publicações em formato de artigo científico empírico, (2) nos idiomas inglês, espanhol ou português, (3) disponíveis na íntegra e (4) que tivessem como foco os processos de formação e capacitação de psicólogas e profissionais de saúde mental para atuar com a população LGBTI+, assim como a avaliação destes processos. Mediante esse processo de seleção, resultaram 20 artigos.

A construção do corpus final foi realizada por meio dos seguintes passos (Scorsolini-Comin, 2014): (1) Levantamento bibliográfico nas bases de dados eletrônicas por meio dos critérios de busca e unitermos citados anteriormente; (2) leitura dos títulos e recuperação do material que correspondia ao tema proposto; (3) leitura dos resumos e recuperação dos artigos que atendiam ao tema em questão; (4) leitura na íntegra do material recuperado segundo os critérios de inclusão pelos autores; (5) exclusão dos artigos repetidos; (6) composição do corpus para análise pelos artigos recuperados e que atenderam aos critérios de inclusão; (7) formulação de um banco de dados com todas as informações relevantes para esta revisão de cada estudo recuperado (Figura 1).

Figura 1

Fluxograma de construção do corpus.



Resultados

Com o intuito de responder a pergunta norteadora, as seguintes dimensões de análise foram consideradas: (1) ano de publicação; (2) país de origem; (3) características dos participantes; (4) instrumentos utilizados e (5) objetivos e principais resultados. Essa organização foi elaborada com o intuito de apresentar, em um primeiro momento, uma síntese quantitativa das principais características dos estudos selecionados, expressas pelas quais primeiras dimensões (Tabela 1). Para a última dimensão de análise, objetivos e principais resultados, os achados foram agrupados em categorias, permitindo uma análise qualitativa. As categorias foram geradas por meio da análise temática do conteúdo (Bardin, 2006), em que os achados são recortados e agrupados por semelhança após a leitura extensiva dos textos.

Características Gerais dos Documentos

Em relação ao ano de publicação, todos os estudos foram publicados entre 1999 e 2022, sendo a maior concentração em 2022 (n=4) e 2012 (n=3). Os achados indicam que foi nas últimas duas décadas que as atenções para as especificidades do cuidado psicológico à população LGBTI+ passam a se intensificar e o debate a se tornar mais amplo. Trata-se de uma resposta relativamente lenta considerando que em 1973 a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade de seu Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais (DSM), ainda que somente em 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) a tenha retirado do Código Internacional de Doenças (CID) (Junqueira, 2012).

No que se refere ao país de origem das publicações, grande parte dos estudos são derivados dos Estados Unidos (n=11), seguidos do Canadá (n=3) e Portugal (n=2), indicando uma prevalência de pesquisas voltadas a essa temática na América do Norte e Europa. A discrepância de resultados norte-americanos para os de outras localidades parece apontar para um maior desenvolvimento da temática nessa região, podendo refletir a hegemonia desse país nos índices internacionais de pesquisa científica.

Em relação à terceira dimensão de análise, os participantes dos estudos, a maioria dos estudos explora a perspectiva de profissionais da saúde e estudantes (n=18), enquanto a minoria utiliza pessoas LGBTI+ (n=2). Ou seja, para avaliar a qualidade de formação das psicólogas, as percepções dos clientes LGBTI+ não têm sido muito incluídas na discussão. Diante dos achados, é importante destacar que avaliar a qualidade da formação é diferente de avaliar a qualidade do atendimento. Interpretativamente, entende-se que quando se trata de explorar a qualidade de formação, a amostra considerada mais útil para acessar os aspectos que tornam possível essa avaliação tem sido a percepção dos próprios profissionais.

A quarta dimensão de análise explora os instrumentos utilizados e grande parte dos artigos utilizam escalas (n=9) como instrumento principal para a produção de seus resultados, enquanto outros utilizam questionários próprios (n=7), grupos focais (n=2) e entrevistas semiestruturadas (n=2). As escalas mais utilizadas são a Escala de atitudes em relação a lésbicas e gays (ATLG; Herek, 1988) e a Escala de Competência de Orientação Sexual (SOCCS; Bidell, 2005), que assim como os questionários próprios, são usadas para medir o domínio autorrelatado pelos profissionais em relação à sua atuação com a população LGBTI+ e configuram análises quantitativas dos resultados, representando a maior parte dos estudos (n=10), em oposição aos que trazem análises qualitativas (n=6) e métodos mistos (n=4).

Tabela 1

Quadro síntese dos dados de ano, origem, participantes e instrumentos utilizados pelos estudos.

Ano de publicação	n	País de origem	n	Características dos participantes	n	Principais instrumentos utilizados	n
2012	3	EUA	11	Profissionais	10	Escalas	9
2022	3	Canadá	3	Estagiários	5	Questionários	7
2013	2	Portugal	2	Profissionais e estagiários	3	Grupos focais	2
2017	2	Reino Unido	1	Pessoas LGBTI+	2	Entrevistas semiestruturadas	2
2019	2	China	1				
2021	2	Austrália	1				
1999	1	Itália	1				
2000	1						

2006	1
2014	1
2016	1
2018	1

Objetivos e Principais Resultados

A quinta dimensão de análise, objetivos e principais resultados, foi organizada em categorias, definidas da seguinte maneira: (1) Atitudes e competências profissionais para o cuidado da população LGBTI+; (2) Percepção dos clientes em relação às competências necessárias para os profissionais e (3) Avaliação de programas de treinamento para o trabalho com pessoas LGBTI+.

Atitudes e Competências Profissionais para o Cuidado da População LGBTI+

Essa categoria engloba as referências que têm como foco de pesquisa as atitudes e competências que são consideradas para avaliar a qualidade da formação do profissional em psicologia para o manejo psicoterapêutico apropriado com a população LGBTI+. Entre os principais temas estão os aspectos relacionados a uma boa prática, aqueles que se contrapõem a uma boa prática e melhorias necessárias para uma formação apropriada.

Diversos aspectos parecem estar associados à aquisição de atitudes e habilidades consideradas afirmativas e que possibilitam um processo terapêutico eficaz, especialmente no que se refere à relação construída entre terapeuta e cliente. Uma aproximação do profissional à realidade da população LGBTI+ é considerada como relevante, sendo traduzida não somente por processos de capacitação adequada e específica como supervisão, workshop e formação continuada, mas na convivência com pessoas LGBTI+ em seu próprio cotidiano. Além disso, profissionais que se identificam como parte da comunidade LGBTI+, não tem afiliações religiosas e sentem afinidade com ideais políticos progressistas tendem a apresentar níveis mais elevados de competências afirmativas (Mollitt, 2022; Johnson, & Federman, 2014; Liu, Chui & Chung, 2021; Pereira, et al., 2019; Smith, et al., 2018).

O desenvolvimento da identidade do psicoterapeuta enquanto um “aliado” é considerado fundamental para a atuação eficiente com a população LGBTI+. Para tal, sugere-

se a necessidade de compreensão do significado de um aliado e de como promover o seu desenvolvimento, além de estar ciente dos desafios a serem enfrentados. Ainda, há uma ênfase na construção do aliado por conta de sua relação com o fomento de justiça social e um entendimento da ampla diversidade mesmo dentro da comunidade LGBTI+ (Arora, Kelly, & Goldstein, 2016; Asta & Vacha-Haase, 2013).

No que se refere a elementos que se contrapõem a uma boa prática psicoterápica, os achados relacionam uma formação insuficiente para o cuidado de indivíduos LGBTI+ a características próprias do terapeuta que podem prejudicar a oferta de serviços apropriados. Grande parte dos profissionais cisgêneros e heterossexuais reconhecem o despreparo para atuar com indivíduos LGBTI+, bem como psicoterapeutas atuantes há mais tempo sentem-se despreparados com mais frequência (Mollitt, 2022).

Muitos autores discutem a dificuldade de abordar questões de gênero e sexualidade por medo de discriminar ou ser ofensivo, o que, muitas vezes, acaba fazendo com que os profissionais ignorem essa questão e se esquivem dessa esfera, que pode ser fundamental para a demanda apresentada pelo cliente. O distanciamento comumente sentido pelos profissionais em relação à realidade LGBTI+ faz com que estes não dominem conceitos e termos relevantes, bem como formas de relacionamento dissidentes e aspectos que influenciam na saúde mental desses indivíduos (Jones, 2000; Mollitt, 2022; O'Shaughnessy & Spokane, 2012; Rutherford, et al., 2012). O endosso do profissional aos papéis tradicionais de gênero tende a estar associado a atitudes negativas em relação a indivíduos LGBTI+ (Korfhage, 2000). Além disso, a identidade de gênero e orientação sexual do terapeuta podem influenciar negativamente no estabelecimento de vínculo e na continuidade do tratamento quando não há conscientização disso por parte do mesmo (O'Shaughnessy & Spokane, 2012).

Alguns achados se concentram sobre as melhorias que são necessárias para uma formação adequada do profissional de Psicologia em sua atuação com a população LGBTI+. Cita-se o desenvolvimento de teorias e técnicas específicas, bem como a adaptação daquelas já existentes, levando em consideração as especificidades dessa população. A conscientização e ação em relação à redução do estigma também são mencionadas, ainda que de forma breve, como necessárias para uma formação mais robusta. Além disso, consideram essenciais para o aprimoramento da formação profissional em relação à população LGBTI+ a introdução de conteúdo obrigatório de saúde LGBTI+ nos currículos educacionais, abordando a terminologia relacionada, assim como a inclusão de mentores pertencentes à comunidade LGBTI+; introdução de possibilidades de manejo que sejam respeitosas e facilitem a continuidade do processo terapêutico; informações sobre os impactos na saúde mental por conta da

normatividade e da homofobia e sobre as necessidades específicas de cuidados de saúde de pessoas LGBTI+ (Rutherford, et al., 2012; Smith, et al., 2018).

Percepção dos Clientes em Relação às Competências Necessárias para os Profissionais

Essa categoria articula os estudos recuperados que discutem as competências necessárias para os profissionais a partir da perspectiva dos clientes. Isto é, na visão dos clientes, quais são as habilidades, competências e conhecimentos que possibilitam uma boa prática. Os trabalhos que o fazem exploram somente a perspectiva de clientes homossexuais e bissexuais, uma vez que somente estes foram incluídos em suas amostras (Liddle, 1999; Moleiro & Pinto, 2012). Embora esta categoria também discuta atitudes e competências dos terapeutas, fez-se necessária a divisão em relação aos outros estudos que exploram esse aspecto porque, aqui, as habilidades discutidas são percebidas por outra ótica e possibilitam um contraste interessante com aquelas trazidas pelos próprios profissionais. Isto é, quais são as diferenças entre aquelas percebidas pelas psicólogas e pelos clientes.

Há indícios de que a partir da década de 80 há um aumento significativo na satisfação dos clientes homossexuais em relação à assistência psicológica, indicando uma melhora considerável no atendimento a essa população cerca de 15 anos depois que organizações profissionais em muitos campos da saúde mental, incluindo psiquiatria, aconselhamento de saúde mental, serviço social e psicologia, aprovaram resoluções despatologizando a homossexualidade. Esse aumento indica um aprimoramento das habilidades dos profissionais com essa população, relacionado a uma maior atenção a essas questões na formação e pós-graduação, na educação continuada, na literatura científica e na sociedade nos últimos anos (Liddle, 1999; Moleiro & Pinto, 2012).

Segundo a percepção dos clientes no que se refere à capacidade do terapeuta em facilitar o processo terapêutico com um indivíduo LGB, a conscientização do profissional, de modo geral, aparece como sendo o principal fator influente. Isto é, aparecem como pontos fundamentais para os clientes a necessidade de ser sensível às diferenças, estar consciente do que se pode se configurar como homofobia e estar atento aos seus próprios limites para encaminhar clientes quando necessário. Além disso, ter conhecimento técnico e habilidades também são considerados relevantes, como estar familiarizado com a realidade da pessoa e da comunidade LGB, bem como as diferenças particularmente vividas por homens gays, mulheres lésbicas e pessoas bissexuais, conhecer associações que lutam por justiça social para essa população e entender as diferentes formas que a homofobia pode tomar. Já as principais habilidades reconhecidas como importantes dizem respeito à capacidade de manejar homofobia

internalizada, a adaptação a diferentes contextos e de contribuir com mudanças positivas na sociedade (Moleiro & Pinto, 2012).

As atitudes e competências consideradas relevantes pelos profissionais para uma boa prática se encontram com a percepção dos clientes quando se trata da conscientização em relação a como algumas características identitárias do próprio terapeuta podem influenciar no processo e na relação terapêutica. No entanto, para as psicólogas o domínio de conhecimentos técnicos e habilidades afirmativas aparece com mais frequência como um fator fundamental para uma boa prática.

Avaliação de Programas de Treinamento para o Trabalho com Pessoas LGBTI+

Os estudos agrupados nessa categoria tiveram como objetivo a implementação e avaliação de programas de formação para provedores de saúde mental relacionados à atuação profissional com a população LGBTI+. Os principais temas explorados são as estratégias de ensino e intervenções utilizadas, as competências trabalhadas e os impactos referentes às metodologias utilizadas e competências adquiridas, avaliadas pelos participantes.

Em relação às estratégias de ensino e intervenções utilizadas nos programas de treinamento e formação, alguns programas fundamentam sua estrutura segundo os pressupostos da Terapia Cognitivo-Comportamental (Craig, et al., 2021; Pachankis, et al., 2022) e a teoria utilizada parece fundamental na definição das estratégias, uma vez que a recomendação é de que o material e o conteúdo utilizados sejam padronizados; que os facilitadores sejam compatíveis com as principais características da população para a qual o treinamento pretende capacitar e que haja medidas de avaliação do programa.

Tais programas buscaram integrar uma formação teórico-conceitual a uma aprendizagem vivencial com atividades práticas. De modo geral, a formação teórica utiliza-se de apresentações expositivas por meio de slides, estudos de casos, instruções em vídeo, manuais padronizados e vídeos com trechos de sessões reais. Esses recursos servem para educar em relação a conceitos e termos relevantes sobre a população LGBTI+ e fornecer estratégias para implementar abordagens afirmativas, individuais ou em grupo (Craig, et. al., 2021; Pachankis, et al., 2022).

A aprendizagem prática com o objetivo de possibilitar a aquisição de habilidades e competências se dá por meio da simulação de grupos com os outros participantes e dramatizações (role playing). As atividades são supervisionadas e os trainees participam de processos de feedback. O treinamento realizado online ainda contou com as funções da plataforma utilizada que permitiam enquetes anônimas, discussões em chat e a divisão em

grupos menores para revisar e discutir o conteúdo. Em consonância com evidências anteriores, constatou-se que o treinamento em abordagens afirmativas é igualmente eficaz quando entregue pessoalmente e de maneira remota (Craig, et al., 2021; Lelutiu-Weinberger et al., 2021; Pachankis, et al., 2022).

Outros dois programas se assemelham em estrutura, apesar de não informarem uma afiliação teórica explícita (Donisi, et. al., 2020; Reyes & Collict, 2022), e cobrem, por meio de palestras convencionais, uma educação teórica e conceitual de aspectos relacionados à diversidade de gênero e sexualidade, incluindo influências biológicas no desenvolvimento sexual, teorias de gênero e interferências do estigma e da discriminação na saúde mental dessa população. Como forma de aplicar esses conhecimentos, foram realizadas atividades de escrita reflexiva e acadêmica, discussões e debates em sala de aula, estudos de caso, além da análise de filmes e exercícios de entrevista (Donisi, et al., 2020; Reyes & Collict, 2022).

Um quinto estudo utilizou a teoria de estabelecimento de metas (Locke & Latham, 2002) para capacitar profissionais na atuação com a população LGBTI+. Em contextos de treinamento, essa teoria supõe que o estabelecimento de objetivos influencia os participantes a transferirem o que aprenderam para as suas práticas. O treinamento se deu por meio do compartilhamento de experiências pessoais dos próprios participantes, nas quais eles enfrentaram algum desafio relacionado à sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Uma história foi selecionada e sobre esta, os participantes foram convidados a desenvolver um “contrato personalizado”, ferramenta que os indivíduos usam para estabelecer metas sobre as mudanças que eles gostariam que acontecessem e como elas poderiam acontecer. Foram apresentadas algumas diretrizes que podem ajudar na concepção de metas que fossem suficientemente específicas, desafiadoras, mas viáveis e consideradas relevantes por eles mesmos. Depois, os participantes foram instruídos pelos mentores a pensar em formas produtivas, acolhedoras e respeitosas de manejar diversidade de gênero e orientação sexual (Madera, King & Hebl, 2013).

As principais competências relatadas pelos participantes como tendo sido desenvolvidas durante o treinamento se relacionam com a compreensão dos impactos do estigma para a saúde mental e o cuidado psicológico da população LGBTI+. (Craig, et al., 2021; Donisi, et al., 2020; Madera, King & Hebl, 2013; Reyes & Collict, 2022). Além disso, foram relatadas a integração da ética profissional aos pressupostos de uma postura afirmativa, de modo que o cuidado competente deve levar em consideração as demandas específicas daquele indivíduo; que o profissional deve se conscientizar de como sua própria identidade pode interferir no vínculo estabelecido e no tratamento e, ainda, identificar os desafios que essas pessoas enfrentam,

possibilitando a compreensão de que uma prática de qualidade deve ser engajada politicamente (Craig, et al., 2021; Reyes & Collict, 2022).

O senso de autocompetência para atuar com indivíduos LGBTI+ também foi relatado pelos participantes. Isto é, a crença de que, após o treinamento, os profissionais e estagiários sentem-se mais capacitados para atuar de forma segura e competente, praticar estratégias afirmativas com habilidades suficientes para acolher, manejar os tópicos levantados, identificar a demanda corretamente e afirmar as identidades declaradas (Craig, et al., 2021; Donisi, et al., 2020; Madera, King & Hebl, 2013). Ainda, a aquisição de competências culturais e o domínio das práticas afirmativas, além da conscientização associada à humildade cultural, que se refere a compreensão do profissional de que suas próprias identidades e experiências podem influenciar sua interpretação das identidades e experiências de seus clientes LGBTI+ (Craig, et al., 2021; Pachankis, et al., 2022; Reyes & Collict, 2022).

Em relação às competências adquiridas e aprimoradas pela participação nos programas de formação, é importante considerar que as limitações dos estudos podem interferir nos resultados aqui discutidos. Muitos deles utilizaram medidas autoavaliativas e reconhecem suas amostras como reduzidas ou limitadas (Craig, et al., 2021; Donisi, et al., 2020; Madera, King & Hebl, 2013; Reyes & Collict, 2022).

As estratégias educacionais que foram consideradas mais eficazes foram aquelas que permitiram interações entre os participantes, como as rodas de conversa, exercitar habilidades de entrevista e desenvolver uma pesquisa documental. As listas de referências utilizadas foram destacadas como um importante recurso para muitos participantes porque eles poderiam consultá-la sempre que sentirem necessidade. As atividades nas quais eles interagiam com pessoas LGBTI+ também foram muito apreciadas. (Craig, et al., 2021; Pachankis, et al., 2022; Reyes & Collict, 2022).

Além disso, o treinamento oferecido online se mostrou promissor na difusão democrática e pragmática de conhecimentos referentes à atuação psicoterápica com essa população por conta do amplo alcance e do baixo custo do treinamento online (Pachankis, et al., 2022). Como pontos fracos dos programas, o tempo de cada aula e o tempo total de conclusão do curso foram considerados curtos, enquanto o número de tarefas a serem realizadas e os materiais para leitura eram extensos (Reyes & Collict, 2022).

Discussão

É evidente que os programas de formação analisados tratam-se de uma formação especializada, não básica, nem transversal entre as disciplinas da graduação. Nesse sentido, constatar a necessidade de uma formação específica para uma capacitação efetiva no trabalho com pessoas LGBTI+ leva ao questionamento de quais são as competências mínimas da formação básica da psicóloga. A formação, como acontece no Brasil, tende a se configurar de modo bastante generalista e tornando necessária uma formação complementar para o processo de especialização em determinada ênfase (Rudá, Coutinho & Almeida Filho, 2019).

Os resultados mostram como características pessoais tendem a influenciar o processo terapêutico e sua eficácia (Liszc & Yarhouse, 2005; Sue, Arredondo & McDavis, 1992). Isto é, a suposição de que existem afinidades políticas e crenças pessoais que podem não somente acentuar o distanciamento da realidade LGBTI+ como fomentar preconceitos, torna desafiadora e dilemática a aquisição de uma postura afirmativa na prática profissional. Alguns resultados sugerem que exercer uma postura afirmativa pode ser traduzir-se na identificação do profissional como um “aliado”, e o desenvolvimento dessa identidade é um processo que engloba esferas distintas, indo além das práticas individuais de saúde mental e alcançando, em especial, a atuação da psicóloga como agente de transformação social e a noção de justiça social (Stotzer, 2009; Russell, 2011).

Mais do que o domínio de conhecimentos e competências específicas, a conscientização por parte do profissional parece ser considerado o aspecto principal a ser desenvolvido nos cursos de formação para a atuação com a população LGBTI+. Seja em relação a sua própria identidade e orientação, posição de privilégio, seus preconceitos e mesmo sua capacidade de identificar e manejar ou não determinadas demandas. Esse achado corrobora com a ideia de que um processo terapêutico bem sucedido depende, sobretudo, de um vínculo bem estabelecido entre terapeuta e cliente, colocando em posição de destaque os elementos que contribuem para a construção de uma relação de confiança e acolhimento (Burckell & Goldfried, 2006; Norcross, 2002; Sue, Arredondo & McDavis, 1992; Twist et al., 2006).

Das metodologias de ensino utilizadas nos programas de capacitação, nota-se que as estratégias que envolvem uma participação ativa dos alunos foram percebidas como superiores na absorção de conhecimento e a aplicação prática desse conhecimento, em detrimento das aulas expositivas em formato convencional. Além disso, a importância dos profissionais estarem em contato com pessoas LGBTI+ reforça o pressuposto de que o distanciamento da realidade LGBTI+ acontece não somente como uma falha na formação do profissional mas

também como desdobramento do isolamento vivido por essa população como resultado do estigma, de modo geral (Barbosa & Moura, 2013; Stotzer, 2009).

Perdura a percepção de que poucos profissionais de saúde têm treinamento suficiente, conhecimentos e habilidades nessa área. Embora uma parte pequena dos resultados tenha utilizado da perspectiva dos clientes para explorar a formação da psicóloga, os resultados também sugerem que as experiências e perspectivas dos clientes podem ser uma fonte rica de informação na identificação das competências do terapeuta e no planejamento de prestação de cuidados em saúde mental, em consonância com a literatura (Burckell & Goldfried, 2006; Moleiro & Pinto, 2012; Vandrevalla, Willis & John, 2007).

Considerações Finais

A análise realizada mostrou que os estudos selecionados são predominantemente estadunidenses, publicados na última década e reforçam a hipótese da existência de um despreparo que há, de modo geral, da categoria profissional para atuar com a pessoas LGBTI+, como avaliado pelos próprios profissionais, de modo geral, pela existência de programas de formação específica e pelas experiências majoritariamente negativas dessa população com serviços de saúde mental. Os trabalhos exploram atitudes e competências profissionais no manejo com a população LGBTI+, avaliam programas de treinamento específicos para o trabalho com esse grupo e analisam a percepção de clientes em relação às necessárias competências dos profissionais.

O estudo teve como limitação a dificuldade de acesso a artigos de outras regiões e que estivessem disponíveis, de modo que predominam resultados atravessados pela cultura estadunidense, aspecto que certamente influencia a análise dos achados. A ausência de estudos brasileiros na revisão também se configura como uma limitação uma vez que traz desafios para que o contexto brasileiro seja incluído na discussão. Além disso, dos estudos que discutiam programas de formação realizados, alguns não descreviam de forma detalhada como estes se caracterizavam, isto é, carga horária, frequência, número de participantes, impossibilitando uma análise mais aprofundada sobre as capacitações.

Espera-se que esta revisão contribua com a literatura na área e com o aprimoramento da formação da psicóloga na atuação com indivíduos LGBTI+. Ao integrar informações de como tem se dado essa capacitação, explorando elementos que interferem na atuação e incluindo a percepção de clientes, esperamos que a leitura permita uma reflexão crítica sobre diferentes perspectivas e estimulem a inclusão efetiva desse tema em mais cursos de graduação e pós-graduação. Além disso, estudos futuros que analisam como tem se dado a formação básica da

psicóloga, de modo geral, podem também incrementar esse debate por meio da identificação de falhas curriculares que corroboram com o despreparo da categoria para o trabalho com a população LGBTI+.

Referências

- Aragusuku, H. A., & Lara, M. F. A. (2020). Uma Análise Histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 Anos de Resistência à Patologização da Homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(1), 6-20. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228652>
- Arora, P. G., Kelly, J., & Goldstein, T. R. (2016). Current and future school psychologists' preparedness to work with lgbt students: role of education and gay-straight alliances. *Psychology in the Schools*, 53(7), 722-735. <https://doi.org/10.1002/pits.21942>
- Asta, E. L., & Vacha-Haase, T. (2013). Heterosexual ally development in counseling psychologists: Experiences, training, and advocacy. *The Counseling Psychologist*, 41(4), 493-529. <https://doi.org/10.1177/0011000012453174>
- Barbosa, E. F., & de Moura, D. G. (2013). Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. *Boletim Técnico do Senac*, 39(2), 48-67. <https://doi.org/10.26849/bts.v39i2.349>
- Bardin, L. (2006). Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)
- Bidell, M. P. (2017). The Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Development of Clinical Skills Scale (LGBT-DOCSS): Establishing a new interdisciplinary self-assessment for health providers. *Journal of homosexuality*, 64(10), 1432-1460. <https://doi.org/10.1080/00918369.2017.1321389>
- Brasil. (2013). Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília:

Ministério da Saúde.
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf.

Burckell, L. A., & Goldfried, M. R. (2006). Therapist qualities preferred by sexual-minority individuals. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 43(1), 32–49.
<https://doi.org/10.1037/0033-3204.43.1.32>

Cardoso, M. R., & Ferro, L. F. (2012). Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicologia: ciência e profissão*, 32, 552-563.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000300003>

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (1999). Resolução nº 001/99. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de
https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2018). Resolução Nº 001/2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>

Craig, S. L., Iacono, G., Austin, A., Eaton, A. D., Pang, N., Leung, V. W., & Frey, C. J. (2021). The role of facilitator training in intervention delivery: Preparing clinicians to deliver AFFIRMative group cognitive behavioral therapy to sexual and gender minority youth. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 33(1), 56-77.
<https://doi.org/10.1080/10538720.2020.1836704>

Donisi, V., Amaddeo, F., Zakrzewska, K., Farinella, F., Davis, R., Gios, L., ... & Rosinska, M. (2020). Training healthcare professionals in LGBTI cultural competencies: exploratory findings from the Health4LGBTI pilot project. *Patient Education and Counseling*, 103(5), 978-987. <https://doi.org/10.1016/j.pec.2019.12.007>

- Garcia, M. R. V., & Mattos, A. R. (2020). “Terapias de Conversão”: Histórico da (Des) Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228550>
- Johnson, L., & Federman, E. J. (2014). Training, experience, and attitudes of VA psychologists regarding LGBT issues: Relation to practice and competence. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 1(1), 10–18. <https://doi.org/10.1037/sgd0000019>
- Jones, L. S. (2000). Attitudes of psychologists and psychologists-in-training to homosexual women and men: An Australian study. *Journal of Homosexuality*, 39(2), 113-132. https://doi.org/10.1300/J082v39n02_06
- Junqueira, R. D. (2012). Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas - Estudos Gays: Gêneros E Sexualidades*, 1(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>
- Korfhage, B. A. (2006). Psychology graduate students' attitudes toward lesbians and gay men. *Journal of Homosexuality*, 51(4), 145-159. https://doi.org/10.1300/J082v51n04_08
- Liddle, B. J. (1999). Recent improvement in mental health services to lesbian and gay clients. *Journal of Homosexuality*, 37(4), 127-137. https://doi.org/10.1300/J082v37n04_08
- Lionço, T. (2008). Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde E Sociedade*, 17(2), 11–21. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000200003>
- Liszczy, Angela M., Yarhouse, Mark A. (2005). A survey on views of how to assist with coming out as gay, changing same-sex behavior or orientation, and navigating sexual identity confusion. *Ethics & Behavior*, 15(2), 159-179. https://doi.org/10.1207/s15327019eb1502_5
- Liu, F., Chui, H., & Chung, M. C. (2021). The effects of lesbian, gay, and bisexual experiences and internal beliefs on lesbian, gay, and bisexual affirmative counselor competence

- among Chinese counselors. *Psychotherapy*, 58(1), 25-36.
<https://doi.org/10.1037/pst0000346>
- Locke, E. A., & Latham, G. P. (2002). Building a practically useful theory of goal setting and task motivation: A 35-year odyssey. *American Psychologist*, 57(9), 705–717.
<https://doi.org/10.1037/0003-066X.57.9.705>
- Madera, J. M., King, E. B., & Hebl, M. R. (2013). Enhancing the effects of sexual orientation diversity training: The effects of setting goals and training mentors on attitudes and behaviors. *Journal of Business and Psychology*, 28, 79-91.
<https://doi.org/10.1007/s10869-012-9264-7>
- Moleiro, C., & Pinto, N. (2012). Improving provision of effective psychological care for LGB persons: client perceptions of diversity competences of clinical psychologists and psychotherapists. *Psicologia*, 1, 97-108. <http://hdl.handle.net/10071/14186>
- Mollitt, P. C. (2022). Exploring cisgender therapists' attitudes towards, and experience of, working with trans people in the United Kingdom. *Counselling and Psychotherapy Research*, 22(4), 1013-1029. <https://doi.org/10.1002/capr.12559>
- Norcross, John C. (Ed.) (2002). *Psychotherapy Relationships That Work: Therapist contributions and responsiveness to patients*. New York: Oxford University Press.
- O'Shaughnessy, T., & Spokane, A. R. (2013). Lesbian and gay affirmative therapy competency, self-efficacy, and personality in psychology trainees. *The Counseling Psychologist*, 41(6), 825-856. <https://doi.org/10.1177/0011000012459364>
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., McGuinness, L. A., Stewart, L. A., Thomas, J., Tricco, A. C., Welch, V. A., Whiting, P., & Moher, D. (2022). A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 31(2), 1-20.
<https://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742022000200033>

- Pachankis, J. E., Soulliard, Z. A., Seager van Dyk, I., Layland, E. K., Clark, K. A., Levine, D. S., & Jackson, S. D. (2022). Training in LGBTQ-affirmative cognitive behavioral therapy: A randomized controlled trial across LGBTQ community centers. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 90(7), 582–599. <https://doi.org/10.1037/ccp0000745>
- Palma, T. V., & Stanley, J. L. (2002). Effective counseling with lesbian, gay and bisexual clients. *Journal of College Counseling*, 5(1), 74-89. <https://doi:10.1002/j.2161-1882.2002.tb00208.x>
- Pereira, H., Cunha, M. J., Monteiro, S., Esgalhado, G., Afonso, R. M., & Loureiro, M. (2019). Affirmative competence and practices of mental health professionals with LGB clients: An Ibero-American study. *Community Mental Health Journal*, 55, 884-893. <https://doi.org/10.1007/s10597-019-00373-0>
- Reyes, G. O. R., & Collict, D. (2022). “It’s Not Only about Clinical Tools but Also Our Role as Agents of Social Change”: Implementing a LGBT Competency Training for Future Mental Health Practitioners in Mexico. *Journal of Homosexuality*, 69(2), 230-253. <https://doi.org/10.1080/00918369.2020.1815433>
- Rodriguez, A. M. M. (2014). *Experiências de atenção à saúde e percepções das pessoas transgênero, transexuais e travestis sobre os serviços públicos de saúde em Florianópolis/SC* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129499>
- Rudá, C., Coutinho, D., & Almeida Filho, N. D. (2019). Formação em psicologia: uma análise curricular de cursos de graduação no Brasil. *Revista e-Curriculum*, 17(2), 419-440. <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i2p419-440>

- Russell, G. M. (2011). Motives of heterosexual allies in collective action for equality. *Journal of Social Issues*, 67, 376–393. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2011.01703.x>
- Rutherford, K., McIntyre, J., Daley, A., & Ross, L. E. (2012). Development of expertise in mental health service provision for lesbian, gay, bisexual and transgender communities. *Medical education*, 46(9), 903-913. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2923.2012.04272.x>
- Scorsolini-Comin, F. (2014). *Guia de orientação para iniciação científica*. São Paulo: Atlas.
- Smith, R. W., Altman, J. K., Meeks, S., & Hinrichs, K. L. (2019). Mental health care for LGBT older adults in long-term care settings: Competency, training, and barriers for mental health providers. *Clinical Gerontologist*, 42(2), 198-203. <https://doi.org/10.1080/07317115.2018.1485197>
- Stotzer, R. L. (2009). Straight allies: Supportive attitudes toward lesbians, gay men, and bisexuals in a college sample. *Sex Roles*, 60, 67–80. <https://doi.org/10.1007/s11199-008-9508-1>
- Sue, Derald Wing, Arredondo, Patricia e McDavis, Roderick J. (1992). Multicultural counseling competencies and standards: A Call to the profession, *Journal of Multicultural Counseling and Development*, 20, 64-88. <https://doi.org/10.1002/j.1556-6676.1992.tb01642.x>
- Tan, T. X., Jordan-Arthur, B., Garofano, J. S., & Curran, L. (2017). Mental health trainees' explicit and implicit attitudes toward transracial adoptive families headed by lesbian, gay, and heterosexual couples. *Journal of Homosexuality*, 64(8), 1033-1051. <https://doi.org/10.1080/00918369.2016.1236593>
- Twist, M., Murphy, M. J., Green, M. S., & Palmanteer, D. (2006). Therapists' support of gay and lesbian human rights. *Guidance & Counseling*, 21(2), 107-113.
- Vandrevala, M.H., Willis, J., & John, M. (2007). A move towards a culture of involvement: involving service users and carers in the selection of future clinical psychologists. *The*

Journal of Mental Health Training, Education and Practice, 2(3), 34-43.
<https://doi.org/10.1108/17556228200700019>

Whittemore, R. & Knafl, K. (2005). The integrative review: update methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 52(5), 546-53. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>

Parte IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de artigos apresentados nesta coletânea possibilitam reflexões sobre as ênfases pelas quais se guiam o cuidado psicológico à população LGBTI+ como é pensado na contemporaneidade. As diferentes perspectivas analisadas permitem um olhar crítico sobre a visão que se tem sobre o papel do psicólogo e da pessoa LGBTI, tanto nas organizações de Psicologia ao redor do mundo, dos programas de formação que capacitam profissionais para trabalhar com a população LGBTI+ e, ainda, dos próprios clientes.

Para a produção de ambos os artigos, foi necessário que eu, enquanto psicólogo e pesquisador, revisitasse meus próprios entendimentos em relação à visão que eu sustentava sobre o papel do psicólogo, da pessoa LGBTI+ e até mesmo de saúde, de modo geral. Isso porque os trabalhos desenvolvidos oferecem argumentos, diante de seus achados e as discussões propostas, para novos questionamentos, muito mais do que para respostas.

A obtenção de um conhecimento objetivo relativo às questões apresentadas nos artigos produzidos foi se tornando inconcebível à medida que nos aprofundamos sobre a complexidade do tema, de modo que seus resultados tampouco poderiam ser reduzidos a conclusões simplistas. A sigla é composta por pessoas que, mesmo unidas pela sua identidade ou expressão de gênero e orientação sexual, são únicas e repletas de particularidades que não cabem dentro dessas definições.

Ainda assim, a coletânea possibilita ao leitor que avance na reflexão sobre a assistência psicológica à população LGBTI+, suas potencialidades e limitações diante da realidade como se apresenta na atualidade. Acreditamos que esse estudo possa ser um instrumento que contribua com a transformação desse cenário a nível individual e coletivo, para uma prática clínica e social consciente.